

7,66%

VITÓRIA DOS PROFESSORES REPERCUTE DENTRO E FORA DA PUC-SP

A decisão da Justiça do Trabalho, de condenar a PUC-SP a pagar os 7,66% devidos aos professores desde 2005, foi comemorada dentro e fora da universidade. Foram inúmeros os docentes que entraram em contato com a APROPUC ou que procuraram seus representantes cumprimentando a associação pela vitória.

O site do Sinpro-SP, que conduziu a ação juntamente com a APROPUC, divulgou nota sobre a decisão da Justiça (veja matéria nesta página). O site da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) também divulgou a nota registrando o fato.

Para o advogado do Sinpro-SP, Ricardo Gebrim, embora exista a possibilidade de um recurso por parte da Fundação São Paulo, "existe pouca probabilidade que seja aceito, uma vez que a decisão está

fundamentada em fatos concretos, o que torna difícil a admissão de um recurso de revista."

A decisão tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho, no último dia 2/8, mantém a decisão anterior da Justiça e determina que todos os professores sejam pagos integralmente, compensando-se os valores já recebidos por alguns docentes.

A sentença da desembargadora Rita Maria Silvestre, reafirmando a decisão anterior do mesmo Tribunal, é categórica e contradiz as premissas levantadas pela defesa da Fundação São Paulo, que, em seu site, afirmou a sua intenção de recorrer da decisão.

A APROPUC está solicitando aos professores que não assinaram o acordo proposto unilateralmente pela Fundação São Paulo, que entrem em contato com a entidade através do telefone 3865-4914.

Sinpro-SP divulga a decisão do Tribunal Regional do Trabalho

Em matéria publicada na primeira página de seu site, o Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP, comenta a vitória dos professores da PUC-SP. Abaixo transcrevemos a matéria que também pode ser consultada no endereço eletrônico http://www.sinpro.org.br/noticias.asp?id_noticia=1638

PUC-SP condenada a pagar reajuste salarial devido aos professores desde 2005

Em decisão que dificilmente a PUC-SP conseguirá reverter, o Tribunal Regional do Trabalho, por unanimidade, condenou hoje a universidade a pagar o reajuste de 7,66% devido aos professores desde maio de 2005. A decisão atinge todos os professores, inclusive aqueles que, por terem feito acordos separados,

puseram em risco a vitória obtida agora na Justiça.

A manifestação do TRT-SP é o resultado de uma longa e tortuosa luta política que o SINPRO-SP, como substituto processual dos professores, em conjunto com a APROPUC, moveu contra mais uma manifestação de arrogância patronal, que julgou poder burlar o índice de reajuste salarial legítima e legalmente negociado na época.

A sentença da Justiça, segundo o advogado do SINPRO-SP, Ricardo Gebrim, ainda é passível de artimanhas que a PUC-SP pode encontrar para retardar o pagamento de sua dívida, mas a decisão categórica e unânime do TRT-SP praticamente inviabiliza o sucesso de uma tentativa dessa natureza. O Sinpro-SP vai manter os professores informados sobre todos os desdobramentos da vitória.

Estudantes promovem debate entre candidatos a reitor

Consad anuncia abertura do edital de bolsas

A última reunião do Conselho Superior de Administração, que novamente não contou com a presença do reitor Dirceu de Mello, sendo substituído pelo seu vice, Vico Mañas, terminou com uma decisão aparentemente inusitada: o Pe. Rodolfo Pezzarollo anunciou a abertura do edital para bolsas institucionais da PUC-SP. Serão 250 bolsas integrais para estudantes que estejam dentro dos critérios de seleção estabelecidos pela reitoria e pela Fundação São Paulo.

CRITÉRIOS

Para conseguir uma bolsa, é necessário que o estudante seja aluno da graduação, independente do curso, e que a renda per capita não ultrapasse um salário mínimo e meio (R\$933,00). O interessado também não poderá ter qualquer diploma de ensino superior, nem ser ingressante por transferência no 2º semestre de 2012. Os inscritos serão classificados pelas suas notas do vestibular ou do último semestre cursado. Os estudantes interessados também não poderão ter qualquer débito com a universidade.

Os interessados devem preencher o formulário até o dia 15/8 no site da PUC-SP. O resultado dos selecionados sairá no dia 22 de agosto, no site, e os documentos deverão ser entregues até o dia 29. O resultado final sairá no dia 3/9. Para conferir o edital

completo e a ficha de inscrição, acesse <http://www.pucsp.br/bolsas/bolsapuc>.

MOTIVO

As bolsas foram motivadas pela Medida Provisória 559/12, onde o governo federal determinou que 90% da dívida fiscal das universidades filantrópicas será transformada em bolsas de estudos.

A MP 559/12 não trata especificamente das dívidas das filantrópicas, mas foi incluída a proposta do deputado federal Gerônimo Góergen (PP-RS), que prevê a quitação de 90% das dívidas tributárias e previdenciárias das universidades filantrópicas ou confessionais com o governo, em troca da concessão de 300 mil bolsas de estudo durante os próximos 15 anos.

OUTROS ASSUNTOS

Entre outros assuntos debatidos na sessão do Consad foi analisada a publicidade que a universidade veicula na imprensa escrita, o que deverá demandar novas cotações de preços para se obter maiores descontos.

Também foram discutidas os orçamentos feitos para a compra de 280 novas carteiras escolares, adequadas ao padrão da PUC-SP, dispensando as 230 carteiras que foram doadas à universidade por serem diferentes das utilizadas em qualquer um dos *campi*.

AFAPUC apresenta seu balanço anual

Abaixo reproduzimos o balanço da AFAPUC referente ao ano de 2011

ATIVO

Circulante	
<i>Disponível</i>	
Caixa e Bancos	4.872,81
Total Disponibilidades	4.872,81
Realizável a Curto Prazo	
Contribuições Associativas	19.381,32
Outros Créditos	416.251,55
Total Realizável a Curto Prazo	435.632,87
Total do Circulante	440.505,68
Permanente	
Bens em Operação	18.946,83
Total do Permanente	18.946,83
Total do Ativo	459.452,51

PASSIVO

Circulante	
Fornecedores	174.954,22
Encargos Trabalhistas	8.703,11
Total do Passivo Circulante	183.657,33
Patrimônio Social	312.363,80
Deficit do Período	-36.568,62
Total do Passivo	459.452,51

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2011

Receitas	
Contribuição de Associados	200.827,57
Repasse de Promoções	42.932,64
Total de Receitas	243.760,21
Despesas	
Tributárias	1.887,44
Administrativas	277.635,76
Financeiras	805,63
Total das Despesas	-280.328,83
Superávit do Período	-36.568,62

A Diretoria

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira, 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho, 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtorf

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Campanha dos candidatos prossegue com mais debates e visitas

Os candidatos à reitoria da PUC-SP prosseguem em sua maratona para obter a maioria dos votos da comunidade puquiiana nesta semana. Depois dos debates em Sorocaba e nos campi Barueri e Santana, esta semana será a vez dos campi Marquês de Paranaguá e Ipiranga. Ainda na segunda-feira, 13/8, ocorre o debate Roda Viva, organizado pelos estudantes (veja matéria na página ao lado).

No debate do campus Santana ocorreu um fato inusitado: durante o encontro uma aluna sofreu um acidente em frente ao auditório onde se realizava o debate. O candidato a vice na chapa da professora Anna Cintra, José Eduardo Martínez, que é médico, interrompeu o debate e foi prestar socorro à aluna até chegar ao resgate.

Além dos debates os candidatos terão uma intensa

campanha de visitas. Anna Maria Cintra começa a semana com visitas a setores administrativos e conversas com estudantes, além de continuar a divulgação do programa em redes sociais como o Facebook que, como relatou a coordenadora Mercedes Crescitelli, tem se revelado um instrumento de grande eficácia.

Já o professor Dirceu de Mello visitou na semana passada setores administrativos como o escritório Modelo, o setor de Bolsas, parte da SAE, a DTI e a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes. Nesta semana os debates farão parte fundamental da agenda do candidato que continuará as visitas pela universidade.

O candidato Francisco Serralvo também terá uma semana dedicada aos debates nos campi Ipiranga, Marquês de Paranaguá e o Roda Viva no campus

Os debates da próxima semana

Roda Viva com estudantes

13/8

18h30 - Monte Alegre

Marquês Paranaguá

15/8

das 20h às 22h30

Ipiranga

16/8

das 10h às 12h30

Monte Alegre. Além destas atividades o candidato visitará na segunda-feira a Fundação São Paulo e a Controladoria, na terça-feira vai até a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, terminando sua agenda de visitas na sexta-feira no

As próximas datas para a eleição de reitor da PUC-SP

24/8

Término da campanha eleitoral

27 a 31/8

Votação

31/8

Início da apuração

campus Sorocaba.

Na próxima semana o **PUCviva** estará circulando com uma edição especial com questões formuladas pelas entidades de professores e funcionários aos três concorrentes para a reitoria da PUC-SP.

Carta da AFAPUC/Sorocaba aos candidatos à reitoria

Por ocasião dos debates ocorridos na sexta-feira, 3/8, em Sorocaba, reunindo os três candidatos à reitoria, os diretores da AFAPUC de Sorocaba entregaram aos participantes uma carta em que expunham a situação de penúria em que vive o campus. Abaixo reproduzimos o documento.

Diante de tantos acontecimentos em Sorocaba, seja na Faculdade ou no Hospital Santa Lucinda, sentimos, há muitos anos, a falta da Reitoria em nosso campus. Tivemos anos difíceis, onde perdemos nosso Acordo Interno de Trabalho, demissões em massa,

salários achatados, falta de condições de trabalho. Enfim, tudo de ruim aconteceu aqui, como se a origem da dívida da universidade fosse somente de Sorocaba. Também tivemos que ouvir no Consun que Sorocaba tinha renovado 75% de seus funcionários, como se isso fosse um troféu.

Outra questão é a falta de condições de trabalho: no Setor de Necrópsia as geladeiras mal funcionam, as mesas estão enferrujadas e o lugar está totalmente insalubre. Faltam material no Centro Cirúrgico, roupas e, o principal, faltam

funcionários. Quanto aos funcionários, temos hoje o menor salário de Sorocaba o que acarreta o maior número de pedidos de demissão já ocorrido.

O Hospital Santa Lucinda paga hoje como salário inicial a um técnico de enfermagem R\$ 1.035,00 - o hospital que menos paga depois do HSL tem um salário inicial de R\$ 1.500,00. Portanto não conseguimos um funcionário por muito tempo, ele só começa a trabalhar para não ficar desempregado. Antigamente, o Hospital Santa Lucinda era sinônimo de emprego e hoje

é de serviço, pois a qualquer momento o funcionário consegue outro e vai embora e, na Saúde, isto é muito ruim, pois perdemos a confiança dos médicos e dos pacientes.

Portanto, perguntamos aos candidatos à reitoria, quais os compromissos serão assumidos com os funcionários da Faculdade e do Hospital Santa Lucinda, lembrando que o Hospital é uma unidade suplementar da universidade e, por isso, de administração sob responsabilidade da Fundação São Paulo.

Assinam os diretores da AFAPUC campus Sorocaba

Roda Viva com reitoráveis acontece nesta segunda-feira no Tucarena

Estudantes de diversos centros acadêmicos e coletivos organizam um debate pré-eleição com os candidatos à reitoria. O encontro acontecerá nesta segunda, 13/8, às 18h, no Tucarena, e contará com a participação da APROPUC e da AFA-PUC, além de entidades e coletivos do movimento estudantil, e seguirá o formato do programa Roda Viva, da TV Cultura.

Os três candidatos à reitoria da universidade, Dirceu de Mello, da Faculdade de Direito, Anna Maria Cintra, da Faculdade de Filosofia, Comunicação,

Letras e Artes, e Francisco Serralvo, da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais, aceitaram o convite dos estudantes para compor o espaço.

O primeiro bloco do debate, além do tempo de apresentação de cada candidato, terá falas de diversas entidades da universidade. Representantes das Associações de Professores e de Funcionários Administrativos, dos centros acadêmicos e coletivos que construíram a atividade, como a Frente Feminista da PUC-SP, também terão espaço para

manifestações.

Já o segundo bloco será composto por perguntas das entidades, que serão respondidas de imediato pelos candidatos, ao invés de serem feitos blocos de perguntas para resposta única. O terceiro e último bloco será aberto para perguntas do público, que serão selecionadas pela organização para evitar perguntas semelhantes, e depois encaminhadas para que sejam respondidas pelos candidatos.

O debate será transmitido pela Rede PUC, por meio das televisões espalhadas

pela universidade, e pela Agência Online Maurício Tragtenberg de Jornalismo, através do site <http://agemt.org>. Perguntas também podem ser encaminhadas via internet, pelo site <http://www.formspring.me/rodavivapuc>. A organização do debate é de responsabilidade dos estudantes que compõem os Centros Acadêmicos Benevides Paixão, CACS, CAPSi, CARI, Clarice Lispector e dos coletivos Tomando o Céu de Assalto (Ciências Sociais), Rugido do Leão (Economia e Administração), e Construção Coletiva (Direito).



Roda Viva
PUC-SP, campus Perdizes
TUCARENA

Entrada pela Rua Bartira, esquina com a Rua Monte Alegre, 1024
Debate com os candidatos a Reitoria
13/08 às 18:30

Organizado pelos Estudantes. Participe!

GAUCHE NA VIDA

Organizações acusam governo brasileiro de não ouvir indígenas

Belo Monte é só o caso mais emblemático. Segundo organizações de defesa dos indígenas e o Ministério Público Federal, as comunidades não estão sendo corretamente consultadas sobre obras que afetam suas terras.

Um estudo realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e que será publicado em setembro afirma que 454 empreendimentos concluídos, previstos ou já em andamento no Brasil afetam, de alguma maneira, 333 terras indígenas. E, segundo avaliação do Cimi, nenhum dos 158 povos afetados foi devidamente consultado pelo governo federal antes do início das obras, como determina a lei.

Segundo o estudo, que foi antecipado à Deutsche Welle, pouco mais da metade desses empreendimentos visam a exploração energética, como usinas hidrelétricas, e 34% deles são obras de infraestrutura, como estradas. Há ainda projetos nas áreas de mineração, agroturismo e ecoturismo.

Organizações de apoio aos povos indígenas e representantes do Ministério Público Federal engrossam o coro que acusa os sucessivos governos brasileiros de ignorar, desde 1988, o artigo 231 da Constituição, que determina a consulta direta às comunidades afetadas antes da implementação de qualquer obra ou empreendimento.

O Brasil também estaria descumprindo um compromisso acertado em âmbito internacional após a ratificação, em 2004, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em abril do ano passado, a Organização dos Estados Americanos (OEA) chegou a pedir que o governo brasileiro suspendesse as obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, por não ter consultado os povos na bacia

do rio Xingu. Os trabalhos chegaram a ser embargados, mas no fim do ano passado eles foram liberados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

O governo se defende e garante que, no caso específico de Belo Monte, as oitivas (consultas às comunidades afetadas) foram realizadas, e põe a culpa na falta de um modelo padrão para a realização das consultas. Para os críticos, o governo vem apenas realizando reuniões entre autoridades públicas e comunidades indígenas, que na maioria das vezes servem apenas para comunicar os projetos já em andamento, sem de fato ouvir a opinião dos habitantes da região.

NÃO É SÓ BELO MONTE

Belo Monte ganhou notoriedade internacional e acabou virando um caso emblemático do alegado atropelo das autoridades brasileiras sobre os direitos dos indígenas de participar ativamente dos projetos que afetam suas áreas. Mas está longe de ser o único. O Ministério Público Federal tem entrado com diversas ações na Justiça para embargar obras que não atendem à Convenção 169.

Há poucos dias, por exemplo, o TRF1 determinou a paralisação imediata das obras de outra usina, a Teles Pires, na divisa entre os estados do Pará e do Mato Grosso. Entre as irregularidades apontadas está a falta de consulta prévia aos povos indígenas afetados pelo projeto.

O secretário-adjunto do

Cimi, Saulo Feitosa, que coordenou o estudo sobre os impactos de empreendimentos em terras indígenas, diz que a maioria das obras citadas no levantamento está localizada na Amazônia e na região Centro-Oeste, onde também estão cerca de 90% das áreas destinadas a ocupações de povos indígenas no país.

Essas áreas apresentam um enorme potencial energético e, apesar das críticas de ambientalistas, a presidente Dilma Rousseff já ressaltou inúmeras vezes que o Brasil não deixará de explorar o filão.

"Há uma previsão de que nos próximos 50 anos o número de hidrelétricas na Amazônia chegará a 302", resalta Feitosa. Justamente por causa das dimensões dos projetos do governo, defende o secretário-adjunto do Cimi, as populações precisam ser informadas e consultadas. "Se há um planejamento energético a médio ou longo prazo, isso tem que ser dito para que os povos possam medir as consequências dos impactos, já que suas terras vão ser afetadas várias vezes."

Biviany Rojas, advogada da organização ambientalista Instituto Socioambiental, resalta que o Brasil foi pioneiro no mundo em estabelecer direitos específicos aos indígenas em sua Constituição e lamenta que o país não consiga cumprir a própria lei. "Num estado democrático não se pode negar a pessoas que habitam uma terra, como os povos indígenas, a possibilidade de discutir como e o quê vai ser feito nela", critica.

Feitosa também culpa a

pressão de empresários dos setores da mineração, do agroturismo e do setor energético pela ausência de oitivas "feitas de maneira correta" com os povos indígenas. "Para o governo é conveniente não consultar" a fim de atender, segundo ele, os interesses desses grupos econômicos e políticos. "Muitos grupos políticos são da própria base de apoio do governo."

PORTARIA CONTROVERSA

No início do ano, o governo criou o grupo de trabalho interministerial (GTI) para estabelecer normas de consulta direta aos indígenas, evitando a chuva de críticas e de processos judiciais. Formado por representantes de 26 órgãos públicos - entre eles o Itamaraty, a Funai e o Ministério de Minas e Energia - e de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, o GTI deve finalizar um modelo para as oitivas até o fim de 2013.

"Tem havido consulta prévia", defende Sílvio Albuquerque, representante do Itamaraty no GTI e um dos coordenadores do grupo. Segundo ele, "a regulamentação do mecanismo de consulta vai permitir com que as autoridades tenham procedimento padrão em situações semelhantes".

No entanto, no dia 16 de julho, a publicação de uma portaria pela Advocacia Geral da União (AGU) provocou indignação entre as organizações indígenas. Segundo as

continua na próxima página

continuação da página anterior

entidades, a portaria inviabilizaria os trabalhos do GTI por dispensar a consulta no caso de obras consideradas "estratégicas". Sob pressão da Funai, uma semana depois de editado, o texto foi suspenso pela AGU por 60 dias.

"A portaria é totalmente contraditória e tem um intenção política muito clara: tumultuar o processo. Mesmo sem força de lei, ela impede a ação de órgãos sob orientação da AGU, como a Funai, e cria argumentos para que os invasores tradicionais das terras indígenas possam justificar suas ações com base nela", critica Feitosa.

Albuquerque reconhece que a edição da portaria acabou gerando uma desconfiança entre os interlocutores dos povos indígenas no GTI. Ele admite que o texto da AGU pode ser mudado quando o prazo para a suspensão acabar.

"Um componente essencial neste processo é a existência de boa fé e transparência na relação entre povos consultados e governo", afirma o diplomata. "E minha expectativa é de que o trabalho que começamos em janeiro termine com uma proposta concreta que atenda às expectativas dos povos indígenas, quilombolas e também da Organização Internacional do Trabalho e do governo federal".

O artigo acima é de autoria de Mariana Santos e foi publicado no site Deutsche Welle: <http://www.dw.de/dw/article/0,,16148291,00.html>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.



Nesta quarta-feira revista PUCviva debate o encarceramento em massa no Brasil

Na quarta-feira, dia 15/8, às 19h, acontece na sede da APROPUC o lançamento da revista *PUCviva* nº 39 que é dedicada à discussão do encarceramento em massa, símbolo do Estado Penal. A professora Bia Abramides, diretora da APROPUC e responsável pela publicação, coordenará o evento. A professora Marisa Feffermann faz a apresentação da revista. A mesa será composta pela representante da Amparar, Maria Railda Alves, e terá a participação de professores, pós-graduandos e juristas que escreveram artigos para a publicação, entre eles Alessandra Teixeira, Bruno Alves de Souza Toledo, Deivison Mendes Faustino, Haroldo Caetano da Silva, Heidi Ann Cerneka, Rubens R. Casara e Vladimir Sampaio Soares de Lima.

O ponto de partida da publicação foi o seminário

realizado em dezembro de 2010 pelo Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus, que teve o encarceramento em massa como tema. Durante o evento foram realizadas sessões com denúncias e depoimentos de ex-presos, militantes em movimentos sociais e de familiares de torturados. Os relatos feitos à época levaram os participantes a construir uma série de ações que denunciassessem a situação destas pessoas frente à violência que hoje é praticada no sistema prisional brasileiro. A revista *PUCviva*, portanto, constitui-se como uma destas denúncias contra um sistema de exploração do trabalho humano e opressão sobre os setores mais pauperizados da sociedade.

PERFORMANCE

Também na quarta-

feira, antes do lançamento da revista, uma intervenção artística está sendo organizada para acontecer, à 18h, na Prainha. Com o mesmo tema da publicação - o processo corrente de encarceramento em massa no Brasil -, a performance tentará chamar a atenção da comunidade acadêmica para essa realidade e conduzirá os presentes até o local de lançamento da revista.

"A ideia é que nasça desse grupo um núcleo permanente de discussão e ação no sistema prisional", afirmou ao *PUCviva* Camila Ribeiro, estudante de psicologia que organiza a intervenção e que trabalhou por dois anos na penitenciária feminina de Santana.

Para quem quiser conferir, um ensaio da performance está marcado para segunda-feira, 13/8, também às 18h, na Prainha.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Greve se estende e alcança outros setores do funcionalismo público

A manhã de quarta-feira, 8/8, começou agitada pelos funcionários públicos em greve.

Manifestações públicas se espalharam pelo país e atingiram diversos setores, como de transporte, segurança e educação, cuja maioria das Instituições do Ensino Superior, incluindo as escolas técnicas, tecnológicas e universidades federais, aproxima-se do terceiro mês de paralisação.

Segundo a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, que representa 80% do funcionalismo, cerca de 350 mil servidores de 26 categorias aderiram à greve.

Com o recrudescimento da greve, o Governo Federal reconsiderou as reivindicações dos trabalhadores e se comprometeu em apresentar nova proposta de reajuste que procure atender parte das demandas apresentadas pelas categorias.

O principal problema apontado pela cúpula do Governo Dilma Roussef para ceder o reajuste pedido pelo movimento grevista, no entanto, é o fraco desempenho da economia brasileira no primeiro semestre do ano e o preocupante cenário que se desenha com a permanência da instabilidade financeira causada pela crise econômica.

Durante a semana passada, policiais federais, que completaram quatro dias de paralisação na sexta-feira, 10/8, quando do fechamento dessa edição, organizavam protestos em rodovias e operações-padrão em aeroportos.

Os agentes bloquearam faixas e fizeram blitzes nas rodovias federais em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros estados, causando forte congestionamento nos sistemas de transporte.

GREVE NA EDUCAÇÃO

Ainda na terça-feira, 7/8, o Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN realizou um ato em frente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O objetivo do ato foi cobrar que os prazos estabelecidos pela Capes para entrega de relatórios, teses e dissertações e novos editais sejam suspensos, uma vez que ensino, pesquisa e extensão são ações indissociáveis da categoria em greve.

Uma comissão formada por quatro membros do CNG foi recebida pela chefe de gabinete do presidente da Capes e pelos diretores de Relações Internacionais e de Gestão. A resposta dada pela chefe de gabinete foi a de que o órgão está acompanhando a greve e que os pedidos de suspensão dos prazos seriam encaminhados ao presidente da Capes.

Unicastelo atrasa pagamento de docentes demitidos

Após demitir massivamente professores do seu quadro de funcionários e pressionar demais docentes a assinarem novo contrato de trabalho com redução salarial de até 50%, a Unicastelo não pagou as parcelas do mês de julho aos professores demitidos.

Em nota, eles afirmam que foram vítimas de perseguição sindical, já que a maioria se articulava com sua categoria para garantir seus direitos trabalhistas. "A Unicastelo demitiu os professores não porque eles fossem incompetentes, mas, ao contrário, justamente pela competência humana e sindical que possuíam (e possuem) em lutar por seus direitos", escreveram os professores demitidos.

Ainda de acordo com o documento divulgado, a Unicastelo possui vasto currículo de abuso às leis e às condições de trabalho e ensino.

A mantenedora da universidade - o Círculo dos Trabalhadores Cristãos do Embaré - parcelou em até doze vezes o valor da rescisão de contrato dos professores demitidos em dezembro de 2011 e março desse ano, quando, legalmente, deveria quitar a dívida no máximo em dez dias.

Pouco mais de uma semana após a justiça do trabalho deferir o recurso movido pelo Sinpro-SP em favor dos professores da PUC, a APROPUCapóia a luta dos professores demitidos e precarizados da Unicastelo por seus direitos fundamentais.

Coronel condenado por tortura tem pedido de recurso julgado

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, ex-comandante do DOI-Codi e um dos mais conhecidos assassinos da Ditadura Militar, terá seu pedido de recurso contra a sentença que o condenou a torturador, julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A decisão sobre o julgamento estava marcada para terça-feira, 7/8, mas o desembargador pediu

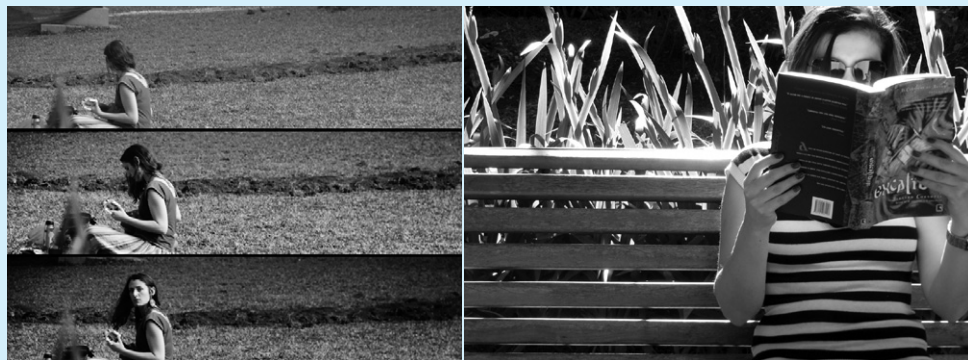
vista ao processo e deve dar seu veredito na sessão dessa semana, no dia 14/8, decidindo, assim, se o recurso apresentado por Ustra é válido ou não.

Paralelamente ao julgamento, haverá um debate na Praça da Sé organizado por sindicatos, professores e movimentos sociais e que será transmitido pela internet.

Em 2008, o juiz Gustavo Santini Teodoro declarou

Ustra responsável pelas torturas a membros da família Teles no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Ustra comandou o centro, que funcionava próximo ao Parque Ibirapuera, entre 29 de setembro de 1970 e 23 de janeiro de 1974, durante período conhecido como anos de chumbo da Ditadura Militar no Brasil.

ROLA NA RAMPA



Dia da Fotografia tem comemoração na PUC-SP

No dia 16/8 será comemorado o Dia da Fotografia, no Museu da Cultura, no Prédio Velho, com abertura da exposição "Acaso e seus Segmentos", às 19h, realizada pelos alunos dos cursos de Jornalismo e Publicidade. Haverá ainda palestras, pela manhã (às 9h) com os fotógrafos Franco

Hoff e Inês Calixto, do projeto "Histórias de Alice"; e à noite (às 20h) com o grupo Cia de Foto, "Fotografia e as Novas Narrativas Visuais". Ambas as palestras serão realizadas no auditório Prof. Dr. Ricardo Hasson Sayeg (sala 100), 1º andar, edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo). No laboratório de Fotografia será

realizada a exposição das alunas Amanda Rigamonti e Mariana Garcia, 5º andar. A organização é da professora Célia Mello e do departamento de Jornalismo. Acima publicamos dois trabalhos da mostra, à esquerda foto de Carolona Garcia, e à direita de Paula Andreata

Exposições simultâneas acontecem em campi da PUC-SP

O projeto Interarte Cultural da PUC-SP organizou três exposições de arte simultâneas nos campi Perdizes, Barueri e Consolação.

No campus Perdizes, no Espaço Cultural da Biblioteca Nadir Kfoury, a artista Heloize Rosa apresenta sua exposição "Relações Cromáticas" pinturas sobre tela e madeira até dia 31/8.

No Espaço Cultural do Campus Barueri, o escultor Nino Millán mostra suas mais recentes obras com a exposição "Contrastes Lúdicos" - todas as obras desta exposição poderão ser tocadas e manipuladas, até o dia 14/9.

A primeira exposição no Espaço Cultural Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, no campus Consolação, é do artista gráfico Levi Ciobotariu, com a exposição de gravuras digitais "O Início - O Fim - O Meio Ambiente" até dia 30/12.

Para mais informações sobre as exposições, acesse o site da Videoteca da PUC-SP, <http://www.pucsp.br/videoteca/>

Faculdade de Direito altera semana de provas

Em agitada reunião de conselho departamental da faculdade de Direito, decidiu-se acabar com a tão contestada semana institucional de provas.

Com a presença de 40 a 50 estudantes, os representantes discentes e docentes expuseram suas posições e

debateram meios alternativos e possíveis para aplicação das avaliações.

Com isso, as provas da Faculdade de Direito serão distribuídas durante duas semanas institucionais, de modo que não se repitam provas no mesmo dia.

CA Benê faz campanha financeira para reforma

Após quase um ano sem espaço físico e sem seu principal financiamento, o xerox, o Centro Acadêmico Benevides Paixão começou uma campanha para arrecadar fundos para reformar o novo espaço, conquistado após a ocupação da Ouvidoria da PUC-SP no mês de abril. Depois de uma semana de ocupação, a reitoria propôs que o CA ocupasse uma sala

no Bosque, próximo à quadra da universidade, e que agora deve ser reformada pelos próprios estudantes. Para saber como contribuir mande um email para cabenevidespaixao@gmail.com ou entre em contato com Isabel Harari (período matutino) pelo email isabel.harari@gmail.com ou com Anna Coelho (período noturno) pelo email annagncoliveira@gmail.com.

PAC organiza 3º Festival de Música Independente

O Setor de Atendimento Comunitário (PAC) está organizando o 3º Festival de Música Independente PUC/SP. O evento acontece no Tuca, nos dias 30 e 31 de outubro de 2012 (terça e quarta-feira), das 19h00 às 23h00 tendo por finalidade incentivar e divulgar a pluralidade musical presente em nossa Universidade, além de possibilitar a integração artístico-cultural existente na comunidade puquiãna.

O período de inscrição será entre 08/08/2012 a 06/09/2012, de 2ª. a 6ª. feira, no PAC- sala 63 G -Térreo- Prédio ERBM. Para mais informações acesse www.pucsp.br/pac

Jurídico da AFAPUC tem novo horário

O departamento jurídico da AFAPUC, desde o dia 2/8, tem funcionado todas as quintas-feiras entre 13h30 e 16h30, na secretaria da Associação, na Rua João Ramalho, 182, 7º andar. Para mais informações os funcionários podem contatar o telefone 3670-3391.